

As condicionalidades da Nova Gestão Pública para o ENEM: o aprofundamento da segregação educacional¹

The conditionalities of the New Public Management for ENEM: the deepening of educational segregation

Maria Beatriz do Nascimento Rodrigues¹

Graduada em Letras pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), ORCID: 0000-0001-9130-8067, m_bnr@hotmail.com

Alisson Slider do Nascimento de Paula²

Professor do Centro Universitário Inta (UNINTA), ORCID: 0000-0001-6356-3773, e-mail: alisson.slider@yahoo.com

Resumo

O presente texto objetiva analisar as condicionalidades da NGP para o ENEM e seu consequente aprofundamento da segregação educacional. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa. No que concerne à sua natureza, configura-se como bibliográfica. A análise de conteúdo foi a técnica selecionada para o tratamento dos dados coletados. NGP denota uma lógica de prestação de contas e de ranqueamento a partir dos indicadores de qualidades denotados pelas políticas de avaliação institucional. O ENEM, malgrado configurar-se como uma avaliação para acesso à educação superior pública federal, ainda assim, segue os parâmetros da avaliação das competências. Esse padrão condiciona a lógica da padronização curricular, no entanto, essa discussão ultrapassa os limites da presente pesquisa, porém, sugere-se a necessidade de aprofundar e dar continuidade na presente discussão por parte da comunidade acadêmica do campo das ciências da educação.

Palavras-chaves: Nova Gestão pública; Avaliação; ENEM.

Abstract

This text aims to analyze the NGP conditionalities for ENEM and its consequent deepening of educational segregation. The research uses a qualitative approach. With regard to its nature, it is bibliographic. Content analysis was the technique selected for handling the collected data. NGP denotes a logic of accountability and ranking based on the quality indicators denoted by institutional assessment policies. The ENEM, despite being configured as an assessment for access to federal public higher education, still follows the parameters of competence assessment. This pattern conditions the logic of curricular standardization, however, this discussion goes beyond the limits of this research, however, it suggests the need to deepen and continue this discussion by the academic community in the field of educational sciences.

Keywords: New Public Management; Assessment; ENEM.

¹ Este trabalho foi financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

1 Introdução

O novo modelo de gestão pública, que tem como foco uma gestão voltada por resultados atribui-se ao êxito do Estado. Incorporada ao país na década de 90, a nova gestão é decorrente de um processo de propagação das ideias neoliberais. Atrelada ao campo educacional, a nova gestão promove um controle guiado por resultados, sendo eles: a descentralização das ações e a responsabilização da comunidade pelo sucesso ou fracasso dos alunos.

As medidas para instaurar uma nova gestão surgiram como soluções às críticas à burocracia vigente dentro da administração pública. No contexto da *Nova Gestão Pública* (NGP), entende-se que a globalização e a competitividade incentivaram esse novo modelo gerencial baseando-se na competição e no foco em resultados, propondo uma agenda de reformas que focalizavam, de acordo com Andion (2012, p. 8), “a diminuição do aparelho do Estado; a desregulamentação; o controle fiscal, a privatização de empresas públicas e a aplicação de técnicas empresariais no âmbito governamental”.

O presente texto objetiva analisar as condicionalidades da NGP para o ENEM e seu conseqüente aprofundamento da segregação educacional. Decerto, dentro da trajetória das políticas educacionais, o Brasil possui uma nítida relação com a forma conservadora com a qual o Estado e a sociedade foram moldados. No atual cenário da NGP, a nova política educacional dita uma lógica econômica no fator pedagógico, que utiliza métodos da gestão empresarial para resultados, transformando o como solução para mensurar a qualidade de ensino, para isso utiliza mecanismos avaliativos como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

2 Metodologia

Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa utiliza abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa, conforme Gil (1999), contribuirá para apreensão do objeto em sua totalidade, considerando as particularidades que o constituem, ou seja, dos micro espaços ao macro.

No que concerne ao tipo de pesquisa, ressalta-se que se trata de um estudo bibliográfico, o qual serviu de base para estudar e analisar a atuação da nova gestão

pública e seus efeitos na educação, perpassando pela sua ligação com as políticas públicas ao que ressalta Azevedo (2003, p. 38) que definiu “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Em acréscimo, utilizou-se a análise de conteúdo como técnica para o tratamento dos dados, e, por fim, o paradigma epistemológico se configura como crítico-dialético, considerando a essência do objeto para poder compreendê-lo, assimilá-lo, e explica-lo, considerando suas mediações e contradições.

3 Resultados e Discussão

Um dos mecanismos de regulamentação que fornece informações sobre as metas a serem alcançadas pelas instituições de ensino é a avaliação externa. É por ela que a gestão é examinada, e, assim, saber o quão bom é o desempenho dos alunos, bem como a eficiência do sistema educacional em larga escala. Contudo, tal método baseado na racionalidade, na eficiência e na cobrança de resultados, deixa de considerar diferenças econômicas, regionais e culturais. Destarte, há a necessidade de ações que promovam de verdade uma educação inclusiva. Como salienta Machado e Falsarella, (2020), quando se referem a organização interna da escola, suas particularidades, necessidades e recursos precisam ser considerados na elaboração de políticas educacionais, de modo, que os resultados de avaliações não podem ser utilizados como únicos instrumentos de medição do desempenho da escola e da competência tanto do núcleo docente quanto do núcleo gestor.

Desde de sua origem a escola foi pensada como uma maneira de moldar o cidadão para viver em sociedade, de forma que as pessoas que não eram direcionadas às atividades manuais ou físicas, tivessem acesso às atividades de gerenciamento e liderança. Assim, fica a critério da instituição escolar determinar cada pessoa no lugar que lhe cabe. Hoje, infelizmente, a sociedade perpetua esse hábito, o ensino de qualidade se mantém restrito a uma pequena parcela da população e permanece como modo de enquadrar os alunos dentro de um padrão, que tem como principal modelo de avaliação para o ingresso na universidade pública federal o ENEM.

Como ressalta Bicalho,

A escolarização popular no Brasil foi mal planejada desde o princípio. As escolas eram destinadas às crianças de famílias ricas, que, novamente, não precisavam exercer atividades manuais ou físicas, no caso, trabalho em fazenda. [...] A implementação das escolas se deu de forma inversa, primeiro as universidades, o ensino secundário, com o foco em passar nos exames que os levariam ao ensino superior, e então a educação básica, que, em vez de focar nesse período de descoberta e experimentação em que a crianças se encontra, tem como objetivo a preparação para os futuros exames que vão realizar. (2020, p. 2).

O ENEM, é lícito ressaltar, trata-se da maior prova do Brasil, aplicada anualmente para os estudantes do Ensino Médio. A prova do ENEM se divide em quatro áreas: Linguagens e Códigos; Ciências Humanas; Ciências da Natureza; Matemática e um texto dissertativo-argumentativo. Não obstante ter sido criado para avaliar o domínio de competências dos estudantes concluintes do ensino médio, ele também avalia o desempenho e a qualidade do ensino no país, sendo uma ferramenta que auxilia na aferição do desempenho dos estudantes, para que, se necessário, seja feita a implementação das políticas públicas na área da educação.

No contexto da NGP o ENEM incorpora elementos de performatividade, uma vez que competências e habilidades são exigidas dos egressos do ensino médio de escolas públicas e privadas diante de uma avaliação que utiliza como fundamento sistemática a Teoria da Resposta ao Item (TRI) em que é exequível, através da psicometria, apreciar o resultado das avaliações. Nessa acepção, a formação cognitiva está na ordem do dia, contudo, a ênfase dada na aprendizagem paira sobre a compreensão teórica e reflexiva dos conteúdos historicamente acumulados (BALL, 2001). Decerto, competências socioemocionais estão na ordem do dia, porquanto a Teoria do Capital Humano (TCH) fundamenta a articulação entre educação e economia, assim, os pilares da NGP – eficiência, eficácia e efetividade – orientam as políticas avaliativas, o ENEM não foge desse contexto.

Em acréscimo, a partir da eclosão da pandemia foi possível evidenciar com mais precisão o teor exclusivo e segregador que a NGP atribuiu ao ENEM. Com fechamento das escolas e a indicação de organização e implementação do ensino remoto, observou-se realidades bem distintas entre escolas públicas e privadas, visto que a condições socioeconômicas afetaram significativamente a questão do acesso e permanência, conseqüentemente, a segregação educacional foi aprofundada. Com efeito, a avaliação mostrou-se como uma competição desleal, elitista, revelando o quão excludente a prova se torna, e evidencia como privilegiada uma classe social pode ser.

Propagando isso, o antigo Ministro da Educação (MEC), Abraham Weintraub, divulgou a campanha publicitária do ENEM 2020 que traz em seu corpo trechos como: “A vida não pode parar. É preciso ir à luta, se reinventar, superar. Dias melhores virão. E, por isso, eu quero fazer o Enem esse ano”. A peça publicitária mostra mais um dos atos antidemocráticos e excludentes do governo federal, revela como o ex-ministro Abraham Weintraub mostra suas intenções de realizar o ENEM não considerando os problemas educacionais das escolas das periferias dos diversos entes federados. Com essa campanha, desconsidera-se o aporte, do aluno de escola pública, que além de não ter o acesso garantido a equipamento físico (computador, notebooks ou tablets), e o acesso à internet, desconsidera também as condições concretas de suas residências. Com esse discurso o a NGP consegue consolidar sua missão de preparação para o mercado a partir de força de trabalho adequada por meio de sua escolarização. No limite, constitui-se um verdadeiro *apartheid* educacional.

4 Considerações Finais

Considera-se que a NGP tem transformado a administração pública, acarretando assim, mudanças na modernização e no *modus operandi* das ações do Estado. Algumas dessas mudanças, no sistema educacional, é visto a necessidade de modernização, de modo a se alcançar uma educação de qualidade, a qual, sob uma lógica empresarial, pode ser avaliada por meio dos resultados e dos indicadores de desempenho.

Com essa perspectiva, o Estado assume o personagem de financiador de resultados, e submete as instituições escolares a avaliações, e por vezes adequando recompensas, na forma de recursos, diante da posição em rankings nacionais, deixando de considerar particularidades regionais. Por fim, a NGP denota uma lógica de prestação de contas e de ranqueamento a partir dos indicadores de qualidades denotados pelas políticas de avaliação institucional. O ENEM, malgrado configurar-se como uma avaliação para acesso à educação superior pública federal, ainda assim, segue os parâmetros da avaliação das competências. Esse padrão condiciona a lógica da padronização curricular, no entanto, essa discussão ultrapassa os limites da presente pesquisa, porém, sugere-se a necessidade de aprofundar e dar continuidade na presente discussão por parte da comunidade acadêmica do campo das ciências da educação.

Referências

- ANDION, Carolina. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos EBAPE**, v. 10, n. 1, 2012. Disponível em: <[http://www.spell.org.br/documentos/ver/6917/por-uma-nova-interpretacao-das-mudancas-de-para---](http://www.spell.org.br/documentos/ver/6917/por-uma-nova-interpretacao-das-mudancas-de-para--->)>. Acesso em: 29 março 2021.
- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BALL, Stephen j. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, 2001. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 20201.
- BICALHO, Camila de Oliveira. **A supervalorização do sistema escolar**. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14311>>. Acesso em: 27 abril 2021.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MACHADO, Eulália Cardoso; FALSARELLA, Ana Maria. Nova gestão pública, educação e gestão escolar. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 372-389, maio/ago., 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22633/rpge.v24i2.13255>>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- JÚNIOR, Dirceu Manoel de Almeida; SILVA, Tatiany Michelle Gonçalves da. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) acentua as diferenças entre as relações sociais com a educação durante a epidemia de Covid-19. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 111-115, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/901>>. Acesso em: 03 mai. 2021.